

MF quer maior abertura desde Collor

11 SET 2005

O Ministério da Fazenda defende a mais radical abertura da economia brasileira dos últimos 15 anos, comparável apenas à realizada durante o governo Collor (1990-1992). O instrumento é a redução agressiva de tarifas de importação nas negociações da OMC (Organização Mundial do Comércio), que terão uma etapa decisiva em dezembro.

A proposta da Fazenda reduz de 35% para 10,5% a tarifa máxima para importação de bens industriais consolidada pelo Brasil na OMC. A posição representa uma mudança drástica em relação ao que o país vem defendendo nas negocia-

ções e está em linha com as reivindicações dos países desenvolvidos, principais fabricantes de produtos industriais.

A tarifa máxima não é a aplicada de maneira efetiva pelo país, mas ela dá margem para a adoção de políticas industriais ou proteção transitória de determinados setores. Hoje, só a importação de automóveis está sujeita a 35%. As alíquotas realmente aplicadas têm uma média de 10,77%, índice que cairá para 7,39% se for adotada a posição da Fazenda. A proposta reduziria 5.480 tarifas efetivamente praticadas, 62% das 8.822 consolidadas na OMC.

Além do sinal verde de ou-

tros ministérios, a proposta também precisa da aprovação dos sócios do Brasil no Mercosul, antes de ser apresentada na OMC.

Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai deverão discutir o assunto em reunião ministerial em novembro. A posição oficial do governo brasileiro será definida no dia 19 pelos sete ministros que compõem a Camex (Câmara de Comércio Exterior). A posição da Fazenda é vista com cautela no Ministério do Desenvolvimento, que teme o impacto da abertura sobre setores da economia. O ministro Celso Amorim tem repetido que o Brasil terá de fazer concessões

no setor industrial, mas que elas terão de ser apresentadas no momento certo e vir acompanhadas de contrapartidas dos países desenvolvidos na área agrícola.

Críticas – A proposta foi criticada por representantes do setor privado, para os quais o Ministério da Fazenda peca pela ausência de uma estratégia negociadora. "Explicitar a proposta brasileira é a mesma coisa que jogar pôquer com as cartas na mesa, pois perde-se todo o poder de barganha", diz Roberto Giannetti da Fonseca, diretor do Departamento de Relações Internacionais e Comércio Exterior da Fiesp (Federação das

Indústrias do Estado de São Paulo). "Estamos na véspera da negociação da OMC, e a redução tarifária é uma das poucas armas que temos para obter concessões que beneficiem o país", reforça Humberto Barbatto, diretor do Departamento de Comércio Exterior do Ciesp e da Abinee.

A Fazenda expôs sua posição em resposta a uma solicitação do Itamaraty. O texto sustenta que a redução de tarifas elevará o potencial de crescimento do país e incentivará investimentos em tecnologia e inovação. A lógica é que, as empresas terão de se esforçar para elevar sua competitividade.